

**REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS: currículo e práticas  
educacionais antirracistas**

**REFLECTIONS ON ETHNIC-RACIAL  
RELATIONS: curriculum and anti-  
racist educational practices**

**REFLEXIONES SOBRE RELACIONES  
ÉTNICO-RACIALES: currículum y  
prácticas educativas antirracistas**

**Resumo:** A educação antirracista combate todas as formas de expressão de racismo e busca promover o respeito e a valorização das diferentes culturas e identidades dos povos. A Lei Federal 10.639/2003, modificada pela Lei 11.645/2008, estabelece a inclusão da história e a cultura afro-brasileira e indígena como temáticas obrigatórias, e contribui na valorização da cultura e da história negra e indígena. Este artigo objetiva refletir sobre as relações étnico-raciais para o desenvolvimento de um currículo escolar voltado à educação antirracista, por meio da análise de artigos, apresentados em um dossiê temático de um periódico nacional, que tratam de práticas e reflexões envolvendo as relações étnico-raciais. Usou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Os dados demonstram que as reflexões e práticas pedagógicas desenvolvidas em relação às questões étnico-raciais contribuem na valorização da história, da cultura e da identidade racial. Assim, a educação antirracista, que incorpora as relações étnico-raciais, deve estar contemplada no currículo escolar e ser desenvolvida nas práticas pedagógicas para combater a discriminação racial e promover a valorização da identidade negra e indígena.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais. Educação antirracista. Identidade.

Recebido em: 18/04/2022

Alterações recebidas em: 04/05/2022

Aceito em: 04/05/2022

Publicação em: 04/05/2022



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i1.62847

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

**Carla Maria Leidemer Bruxel**

Graduada em Pedagogia

Mestranda em Educação na Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: [carla.bruxel@sou.unijui.edu.br](mailto:carla.bruxel@sou.unijui.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4157-3756>

**Vidica Bianchi**

Doutora em Ecologia

Professora da Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: [vidica.bianchi@unijui.edu.br](mailto:vidica.bianchi@unijui.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0277-0191>

**Eva Teresinha Boff**

Doutora em Educação em Ciências

Professora da Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: [evaboff@unijui.edu.br](mailto:evaboff@unijui.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7266-9630>

**Como citar este artigo:**

BRUXEL, C. M. L.; BIANCHI, V.; BOFF, E. T. REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: currículo e práticas educacionais antirracistas. *Revista Espaço do Currículo*, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2022. ISSN 1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v15i1.62847>.

**Abstract:** The anti-racist education fights all forms of expression of racism and seeks to promote respect and appreciation of distinct cultures and identities of peoples. The Federal Law 10,639/2003, modified by Law 11,645/2008, establishes the inclusion of Afro-Brazilian and indigenous history and culture as mandatory themes and contributes to the appreciation of black and indigenous culture and history. This article aims to reflect on ethnic-racial relations for the development of a school curriculum aimed at anti-racist education, through the analysis of articles, presented in a thematic dossier of a national journal, which deal with practices and reflections involving ethnic-racial relations. The bibliographic research was used as a methodology, with a qualitative approach. The data demonstrate that the reflections and pedagogical practices developed in relation to ethnic-racial issues contribute to the appreciation of history, culture and racial identity. Thus, anti-racist education, which incorporates ethnic-racial relations, must be included in the school curriculum and be developed in pedagogical practices to combat racial discrimination and promote the appreciation of black and indigenous identity.

**Keywords:** Ethnic-racial relations. Anti-racist education. Identity.

**Resumen:** La educación antirracista combate todas las formas de expresión del racismo y busca promover el respeto y valoración de las diferentes culturas e identidades de los pueblos. La Ley Federal 10.639/2003, modificada por la Ley 11.645/2008, establece la inclusión de la historia y la cultura afrobrasileña e indígena como temas obligatorios y contribuye con la valorización de la cultura y la historia negra e indígena. Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las relaciones étnico-raciales para el desarrollo de un currículo escolar dirigido a la educación antirracista, a través del análisis de artículos, presentados en un dossier temático de una revista nacional, que tratan de prácticas y reflexiones que involucran las relaciones étnico-raciales. Se utilizó como metodología la investigación bibliográfica, con un enfoque cualitativo. Los datos demuestran que las reflexiones y prácticas pedagógicas desarrolladas en relación con las cuestiones étnico-raciales contribuyen con la valorización de la historia, la cultura y la identidad racial. Así, la educación antirracista, que incorpora las relaciones étnico-raciales, debe ser incluida en el currículo escolar y desarrollarse en las prácticas pedagógicas para combatir la discriminación racial y promover la valorización de la identidad negra e indígena.

**Palabras clave:** Relaciones étnico-raciales. Educación antirracista. Identidad.

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um cenário conturbado, marcado por conflitos ideológicos, violência e discriminação racial e social. Neste contexto, o desenvolvimento de ações que promovam a alteridade em relação ao outro, o reconhecimento dos direitos e a valorização da identidade do outro é fundamental. É necessário, portanto, que se inicie nas escolas o engajamento em prol da luta contra a sobreposição de identidades sociais e contra os sistemas de dominação e discriminação social e racial.

O processo de formação dos estudantes deve estar direcionado à construção de valores e atitudes antirracistas, com vistas a uma sociedade mais igualitária, livre de preconceitos e de atitudes racistas. No espaço escolar, é possível construir possibilidades de superação de dilemas sociais e uma nova forma de estabelecer relações entre os seres humanos que seja baseada no respeito, na valorização das diferentes identidades dos sujeitos e na integração das culturas, num ambiente mais solidário e humano.

O currículo escolar é um instrumento de luta, de resistência e de afirmação das identidades dos estudantes e, neste sentido, a escola, sendo espaço de socialização das diversidades, deve buscar a construção de uma identidade positiva e a integração social de todos. Assim, surge a necessidade de se trabalhar em prol de processos educativos mais humanos e inclusivos e o respeito às diversidades culturais.

A Lei Federal 10.639/2003, modificada pela Lei 11.645/2008, estabelece a inclusão da história e a cultura afro-brasileira e indígena como temáticas obrigatórias no currículo oficial da educação básica, contribuindo para a construção da igualdade racial por meio da valorização dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas (BRASIL, 2003, 2008).

Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana preconizam a construção de

conhecimentos e o desenvolvimento de valores e condutas visando à formação de sujeitos orgulhosos de sua origem étnico-racial (BRASIL, 2004).

Na justificativa de considerarmos essencial ampliar as discussões sobre as questões mencionadas, este artigo objetiva refletir sobre o currículo e as práticas de educação antirracista apresentadas em um dossiê temático de um periódico nacional, buscando entender e apresentar seus desdobramentos para os currículos mais inclusivos e criar condições de favorecer a todos.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, com abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, apresenta uma reflexão teórica, por meio da análise dos artigos que compõem o dossiê temático “Relações Étnico-raciais: práticas e reflexões pedagógicas”, publicado na Revista Práxis Educativa. O mapeamento das produções foi realizado no dia 28 de março de 2022. O Dossiê, até a data da realização do mapeamento, é constituído por 30 artigos, que tratam de reflexões e práticas pedagógicas que envolvem as relações étnico-raciais, sendo que os artigos publicados após este dia não foram considerados neste estudo. Para facilitar a análise, os artigos que constituem o *corpus* desta pesquisa foram organizados em quadros.

Para enriquecer a discussão sobre a educação antirracista nas práticas pedagógicas, recorreu-se a autores que tratam da temática e auxiliam na reflexão sobre o assunto abordado. Assim, foram considerados os estudos de Silva (2010), que tratam do currículo escolar e da formação da identidade dos sujeitos, bem como as pesquisas de Francisco Junior (2008) e Rodrigues e Barbalho (2016), entre outros, que abordam as relações étnico-raciais e a necessidade de práticas pedagógicas que visam o desenvolvimento da educação antirracista.

## 3 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS QUE CONSTITUEM O DOSSIÊ “RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: práticas e reflexões pedagógicas”

O dossiê “Relações Étnico-raciais: práticas e reflexões pedagógicas” foi organizado pelos professores Mariana Fernandes dos Santos, Nilma Lino Gomes, Fábila Barbosa Ribeiro e Yuri Miguel Macedo. Os artigos que compõem este dossiê, publicados nos anos de 2021 e 2022, discorrem, principalmente, sobre as relações étnico-raciais observadas por meio de reflexões e práticas pedagógicas que podem contribuir no planejamento de propostas educacionais de combate ao racismo.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 1, com os títulos, autores e palavras-chave dos artigos que compõem o dossiê e as reflexões que tais publicações possibilitaram compreender.

Quadro 1 – Artigos publicados na Revista Práxis Educativa – Dossiê “Relações Étnico-raciais: práticas e reflexões pedagógicas”

TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR(ES) DO ARTIGO/ANO	PALAVRAS-CHAVE
1. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos	Matilde Ribeiro (2021)	Mulheres negras em movimento. Organização de mulheres negras. Racismo, sexismo e LGBTfobia.
2. Educação para as Relações Étnico-Raciais nas pesquisas em Educação Física e formação inicial: um estado do conhecimento	Keylla Amélia Dares Silveira, Wilson Alviano Júnior (2022)	Educação para as Relações Étnico-Raciais. Educação Física. Formação inicial de professores.
3. Educação para a superação do racismo no contexto de uma escola pública	Branca Jurema Ponce, Alice Rosa de Sena Ferrari (2022)	Superação do racismo. Educação para as relações étnico-raciais. Justiça Curricular.
4. Questões étnico-raciais no ambiente escolar: reflexões a partir de teses e dissertações sobre práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Básica	Adriana Regina de Jesus Santos, João Fernando de Araújo, Martinho Gilson Cardoso Chingulo, Luiz Gustavo Tiroli, Bernadete Lema Mazzafera (2022)	Questões étnico-raciais. Práticas pedagógicas. Dissertações e teses.

5. O legado da branquitude: reflexões a partir de relatos orais de professoras brancas	Ana Laura Bonini Rodrigues de Souza, Rosane Michelli de Castro, Flávio Santiago (2021)	Branquitude. Feminismo Negro. Docência.
6. “Escrevivências” e afectos literários entre universidade e escola	Iris Verena Oliveira, Jeane Matos Araújo Lima, Genicléia Lima dos Santos (2021)	Escrevivências. Juventude negra. Currículo. Afecto.
7. “Demarcar as universidades”: povos indígenas e ações afirmativas na Pós-Graduação brasileira	Iara Tatiana Bonin (2021)	Povos indígenas. Políticas de ações afirmativas. Pós-Graduação.
8. A significação do negro em materiais didáticos: uma análise semântica de atividades relacionadas ao Dia Nacional da Consciência Negra	Florisbete de Jesus Silva, Leonardo Lacerda Campos (2021)	Sentidos. Negro. Materiais didáticos.
9. Memórias ancestrais e filosofias africanas forjando caminhos para uma educação afrorreferenciada	Adilbênia Freire Machado, Lorena Silva Oliveira (2022)	Senioridade. Metodologias Afrorreferenciadas. Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER).
10. Uma possibilidade decolonial para pensar a constituição do ethos caboclo no Oeste de Santa Catarina	Anderson Luiz Tedesco, Cláudia Battestin (2022)	Colonização. Caboclo. Ethos. Contestado. Oeste catarinense.
11. Filosofia da educação a partir de outras paisagens: infâncias afro-brasileiras e pedagogia decolonial	Amanaiara Conceição de Santana Miranda, Luís Carlos Ferreira dos Santos (2022)	Infância afro-brasileira. Pensamento decolonial. Filosofia da educação.
12. O processo de orientação como estratégia de superação do racismo institucional: relatos de um encontro ancestral em um contexto de Pós-Graduação de um Instituto Federal	Bianca Barreto do Nascimento, Mariana Fernandes dos Santos (2022)	Racismos. Orientação. Decolonialidades.
13. Escola, resignificação, descolonização: narrativas de estudantes Kaingang na fronteira Sul do Brasil	Renilda Vicenzi, Bruno Antonio Picoli (2022)	Kaingang. Trajetórias escolares. Descolonização.
14. Poética do movimento e interculturalidade quilombola: corpo e danças decoloniais na perspectiva freireana	Thais de Jesus Ferreira, Maria Cecília de Paula Silva (2022)	Dança. Decolonialidade. Quilombo.
15. Por uma Educação Física antirracista: o protagonismo da Ceafro de Vitória e de Cariacica no Espírito Santo	Pamela Tavares Monteiro, José Luiz dos Anjos (2022)	Educação Física. Étnico-racial. Programas educacionais.
16. Reflexões decoloniais sobre as relações étnico-raciais nas provas de espanhol do Enem (2010-2020)	Gabriela Rodrigues Botelho (2022)	Exame em larga escala. Espanhol. Decolonialidade.
17. Para um ensino de Física afrocentrado no currículo do Ensino Médio Integrado de um Instituto Federal	Jorge Dantas Junior (2022)	Currículo de Física. Afrocentricidade. Decolonial.
18. Da marginalização à centralidade: a importância da representatividade negra na literatura infantojuvenil	Janaína Oliveira Caetano, Suzete Araujo Oliveira Gomes, Helena Carla Castro (2022)	Identidade racial. Autoria negra. Temática negra.
19. Práticas educativas de professores e famílias nos processos de construção de identidade das crianças negras	Giovanna Santos da Silva, Edna Martins (2022)	Família-escola. Relações étnico-raciais. Práticas educativas.

20. Representatividade, visibilidade e vocalidade: apontamentos sobre branquitude e produção acadêmica em eventos científicos, em tempos de educação remota	Marina Pereira de Almeida Mello, Samuel Dias Ribeiro (2022)	Branquitude. Universidade. Racismo institucional.
21. A atualidade de Paulo Freire no “grito” sufocado dos oprimidos	Kelly Cristina Soares Lima, Josiane Arnholz Plaster, Gerda M. Schütz-Foerste (2022)	Racismo estrutural. Educação. Liberdade.
22. Educação em saúde da população negra na Estratégia Saúde da Família	Adicéa de Souza Ferreira (2022)	Estratégia Saúde da Família. Educação em saúde. População negra. Racismo.
23. “Eu não sei se posso dizer que não sou racista”: narrativas discentes sobre história da cultura afro-brasileira e indígena na Educação Superior	Cíntia Régia Rodrigues, Edison Lucas Fabrício (2022)	História da cultura afro-brasileira e indígena. Narrativas. Aprendizagem histórica.
24. Mito, ideologia e utopia na Política Educacional Escolar Indigenista Brasileira	Kasandra Conceição Castro de Sousa, Fausto dos Santos Amaral Filho (2022)	Ideologia e utopia. Mito. Política indigenista.
25. As cotas raciais como um mecanismo de visibilidade e valorização social da população negra	Nara Cristina Fernandes Almeida, Adriana Duarte Leon (2022)	Educação Superior. Cotas raciais. Valorização social.
26. O pensamento étnico-racial: o saber científico, as normas legais e a educação	José Vicente de Souza Aguiar, Kelly Almeida de Oliveira, Izaura Rodrigues do Nascimento (2022)	Pensamento étnico-racial. Teoria da degenerescência. Filosofia da diferença. Educação.
27. Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social	Fausto Ricardo Silva Sousa, Lizandra Sodrê Sousa, Herli de Sousa Carvalho, Francisca Moraes da Silveira (2022)	Educação Antirracista. Formação docente. Prática social.
28. Sujeitos não hegemônicos na Pós-Graduação no Brasil e em Portugal: indígenas, angolanos, moçambicanos e timorenses	José Licínio Backes (2022)	Currículo. Conhecimento. Sujeitos não hegemônicos.
29. O Alfabetismo da Diáspora e a Educação das Relações Étnico-Raciais: aproximações teórico-metodológicas	Débora Cristina de Araujo, Eduardo da Silva Araujo (2022)	DCNERER. Alfabetismo da Diáspora. Currículo.
30. “Eu era tudo aquilo que não desejavam para uma professora”: docência negra e lésbica na Educação Básica	Tainah Mota do Nascimento, Rodrigo Manoel Dias da Silva (2022)	Trajetória. Docência negra. Lesbianidade.

Fonte: Produzido pelas autoras (2022).

No próximo tópico, apresentam-se as reflexões sobre as questões étnico-raciais nas práticas pedagógicas em busca da construção de um currículo em prol de uma educação antirracista.

#### 4 REFLEXÕES A PARTIR DOS ARTIGOS QUE CONSTITUEM O DOSSIÊ “RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: práticas e reflexões pedagógicas”

A partir da leitura dos artigos, observa-se que os estudos sobre questões raciais são recentes em nosso país e que são promovidos a partir da aprovação de leis e políticas afirmativas direcionadas a pessoas indígenas e negras. Essas conquistas se efetivaram a partir das pressões dos movimentos sociais, em busca de reconhecimento e valorização social (AGUIAR; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2022). Segundo Bonin (2021), a criação de ações afirmativas

[...] é impulsionada pelas reivindicações e pelas demandas que há muito vinham sendo apresentadas por coletivos de luta negra, indígena, surda, entre outros, e está voltada ao enfrentamento das intensas desigualdades sociais, étnico-raciais

e econômicas existentes que marcam a organização e a estrutura social brasileira (p. 3).

As cotas raciais se constituem como políticas de inclusão e de reparação histórica, e vêm atuando no combate às injustiças sociais e raciais. Objetivam amenizar as desigualdades sociais e raciais construídas ao longo do tempo, contudo, a presença de estudantes negros em sala de aula ainda é pequena, o que indica a necessidade de outras políticas que contemplem o acesso e a permanência destes no Ensino Superior (ALMEIDA; LEON, 2022, p. 11).

A discriminação social e racial em relação às mulheres negras também é evidente. Ao longo da história, as mulheres negras foram colocadas à margem social, em razão de suas negritudes e de seu gênero (SOUZA; CASTRO; SANTIAGO, 2021). Os espaços públicos e de poder são frequentemente ocupados por homens brancos, porém já se percebe uma ampliação da atuação das mulheres negras nesses espaços, e essa conquista deve-se à busca pelo reconhecimento por meio de reivindicações, a partir de discursos democráticos em favor dos direitos sociais (RIBEIRO, 2021).

As mulheres negras passaram a ocupar espaços profissionais que outrora eram permitidos somente para brancos e homens, e isso reflete além da simples inserção profissional das mulheres negras. A trajetória das professoras negras, por exemplo, representa a trajetória de todas as mulheres negras, com histórias de luta e de muita resistência contra toda forma de discriminação (NASCIMENTO; SILVA, 2022).

No ambiente escolar, a discriminação racial causa impactos na autoestima e no desempenho escolar de estudantes negros, e cria impasses para a construção de identidades étnico-raciais positivas (SILVA; MARTINS, 2022). Neste sentido, são muitos os desafios para alcançar uma valorização efetiva dos grupos vulnerabilizados historicamente no cotidiano da vida, na política ou nas instituições acadêmicas.

Em relação ao racismo e à discriminação racial, Mello e Ribeiro (2022) alertam que, ao questionar os lugares de poder, é possível perceber como os *aparelhos ideológicos do Estado* contribuem na manutenção do *status quo* que privilegia a raça branca. Mesmo com alguns avanços no novo modelo de sociedade, este ainda contempla alguns interesses, concepções de mundo, representações sociais e identidades étnicas de alguns grupos sociais e sobre os outros recai o peso da exploração e da dominação (SOUSA; AMARAL FILHO, 2022).

Apesar de alguns avanços, o racismo está arraigado em nossa história e presente na sociedade, assim como também o “[...] reconhecimento das experiências, das vivências e das ações dos povos africanos e afro-brasileiros e dos povos indígenas foram invisibilizados durante séculos na escrita da história do Brasil” (RODRIGUES; FABRÍCIO, 2022, p.3).

A necessidade da ampliação dos debates para uma educação antirracista se justifica pelo fato de que o racismo ainda é praticado pelo ser humano; ele “[...] é a denominação da discriminação e do preconceito – direta ou indiretamente – contra indivíduos ou grupos por causa de sua etnia, raça ou cor”. (NASCIMENTO; SANTOS, 2022, p. 4). Conforme Ferreira (2022), o racismo se refere a todo fenômeno centrado no conceito de raça e de cor que promove distinções, preferências, exclusões e restrições entre os sujeitos.

Nesse sentido, para a superação do racismo nas escolas e na sociedade, é imprescindível o

[...] trabalho coletivo entre os envolvidos nos processos educativos escolares (sejam eles/as professores/as, estudantes; familiares; gestores/as; demais funcionários/as), nas políticas públicas e nos movimentos sociais, considerando que as mudanças étnicas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola (SILVEIRA; ALVIANO JÚNIOR, 2022, p. 19).

Os currículos escolares podem contribuir para o fortalecimento da identidade negra, contudo, não basta introduzir conteúdos sobre a temática racial, mas é essencial que na escola se promovam e fomentem discussões que permitam a desconstrução dos estereótipos de inferioridade (PONCE; FERRARI, 2022). Conforme Silva (2010), “a identidade étnica e racial é, desde o começo, uma questão de poder” (p. 100). Neste sentido, as escolas necessitam construir currículos que empoderem as classes

sociais e raciais discriminadas ao longo do tempo. As escolas, no entanto, ainda enfrentam muitos desafios para desenvolver a educação antirracista, pois esta mudança perpassa pela

[...] implantação de um currículo inspirado na proposta da Justiça Curricular, que tem como propósito construir práticas curriculares que se comprometam com a superação das desigualdades, de modo a garantir que todos os sujeitos tenham acesso a conhecimentos que produzam a sua emancipação para compreender o mundo e a si mesmos, que sejam objetos de cuidados que lhes garantam condições dignas de vida e que saibam construir condições para uma convivência democrática e solidária como parte do currículo (PONCE; FERRARI, 2022, p. 16).

Os currículos necessitam contemplar a diversidade social e racial mediante propostas pedagógicas que trabalhem a cultura e a história, por meio da literatura, de músicas, danças e outras formas de expressão, como forma de dar visibilidade à cultura africana, à afro-brasileira e à indígena (DANTAS JÚNIOR, 2022).

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) preconiza a valorização das diversas manifestações artísticas e culturais nas atividades pedagógicas como uma das competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica (BRASIL, 2018). Contudo, a BNCC não tem um eixo específico que trate do combate às opressões raciais e étnicas. Logo, questões como equidade de gênero, combate ao racismo e diversidade sexual não são contemplados na BNCC. O texto da BNCC impõe às escolas quilombolas e indígenas que o ensino e aprendizagem se desenvolvam por meio de competências o que pode contribuir no silenciamento de saberes tradicionais em função de ranqueamento mundial maquiada como avaliação da qualidade da educação.

Ressalta-se que a extinção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2015, negligência a questão da valorização e respeito à diversidade étnica e racial. Neste sentido, cabe às instituições de ensino problematizar temas que envolvem o racismo, por meio do diálogo, do questionamento e do reconhecimento das questões raciais, visto que a escola se constitui como espaço social, emancipatório e libertador, propício para a mobilização e discussões em prol da educação antirracista. O currículo escolar orienta as práticas educativas e, dessa forma, também determina qual é o conhecimento desenvolvido nas escolas, pois se constitui como resultado de uma seleção de conhecimentos que serão ensinados (SILVA, 2010).

O currículo, lidando com um determinado conhecimento, não permanece o mesmo, assim como o conhecimento também não –seja porque são apropriados de diferentes formas pelos sujeitos, seja porque passam a ser selecionados de outra forma, em função dos sujeitos (BACKES, 2022, p. 15).

As políticas curriculares definem-se como pressuposto político de poder e de controle, assim, emerge a necessidade de recontextualização curricular, para que a pluriversalidade seja alcançada (CARVALHO; SILVA, 2021). O currículo escolar, portanto, envolve questões de poder, de identidade, de relações étnicas-raciais e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdo.

O currículo é, sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. A questão da raça e da etnia não é simplesmente um ‘tema transversal’: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade. O conhecimento sobre raça e etnia incorporado no currículo não pode ser separado daquilo que as crianças e os jovens se tornarão enquanto seres sociais. A questão torna-se, então: como desconstruir o texto racial do currículo, como questionar as narrativas hegemônicas de identidades que constituem o currículo? (SILVA, 2010, p. 102).

Para superar as narrativas hegemônicas, torna-se necessário ampliar a discussão sobre a composição e a revisão do currículo escolar, posto que a escola não pode privilegiar determinadas classes sociais em detrimento das outras. A inserção de conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e indígena no currículo escolar possibilita aos estudantes a ampliação do conhecimento e a valorização da história e da cultura e contribui na afirmação de suas identidades.

Ressalta-se que é possível trabalhar as questões étnico-raciais em todas as disciplinas escolares e que nas práticas pedagógicas devem ser desenvolvidas “[...] ações que possibilitem que o povo negro, oprimido pela história e pela ignorância de outros povos, consiga seu desenvolvimento, isto é, sua liberdade cultural, a partir da sua própria cultura e realidade social” (SANTOS *et al.*, 2022, p. 13). Neste sentido, “o corpo docente das escolas precisa ser capacitado para essa demanda a partir da formação inicial e continuada, da autoformação e da formação em instituições, para que a Educação Antirracista seja compreendida e se torne realidade nos currículos e nas rotinas escolares” (SOUSA *et al.*, 2022, p. 13).

Os professores, pesquisadores e profissionais da educação precisam promover a reflexão e o debate no cotidiano escolar, para provocar mudanças de atitude consciente em relação ao preconceito racista. Para lutar contra o racismo, é necessário conhecer sua origem. Neste sentido, “a consciência histórica possibilita diferentes maneiras de refletirmos sobre nossa presença no mundo em que e com que estamos” (FERREIRA; SILVA, 2022, p. 14). A escola, assim, necessita contribuir na formação da consciência histórica, para que as pessoas negras e indígenas assumam seus lugares em espaços que até então lhes foram negados (SILVA; CAMPOS, 2021).

Para fortalecer a valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira criou-se a lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), tendo como um dos grandes propósitos o fortalecimento do sentimento do pertencimento, por meio da divulgação da história e da cultura indígena e afro-brasileira (MACHADO; OLIVEIRA, 2022; ARAUJO; ARAUJO, 2022).

Ao conhecer a história, por meio de um processo educativo, interdisciplinar, dinâmico e ativo, os estudantes podem constituir-se como agentes transformadores da realidade (TEDESCO; BATTISTIN, 2022, p. 14). Para desenvolver a consciência em relação à história e promover o sentimento de pertencimento e de valorização, a escola deve ser hospitaleira e acolhedora, valorizar a identidade, a cultura e os conhecimentos dos povos afrodescendentes e indígenas (VICENZI; PICOLI, 2022).

Monteiro e Anjos (2022) afirmam que não se deve apenas inserir “[...] conteúdos (mesmo culturais e étnicos), em uma relação conteúdo-método, sem considerarmos a relação dialética professor-aluno-conhecimento necessária nos processos de ensino e de mudança” (p. 12). Neste sentido, não basta trabalhar de forma superficial a história e a cultura dos povos afrodescendentes e indígenas, visto que isso não promove a valorização e a representação das identidades negras e indígenas.

Em sua pesquisa, Botelho (2022) analisa as provas do Enem de Espanhol e as relações étnico-raciais presentes nestas. Segundo o autor, a afrodescendência aparece de forma indireta na maioria das provas analisadas e podem servir de subsídio para reflexões decoloniais, visto que “a partir dos itens do Enem, outras discussões podem ser realizadas em sala, como a representatividade dos povos originários, a desigualdade nas relações de gênero na sua diversidade, entre outras abordagens” (BOTELHO, 2022, p. 17).

Para promover a alteridade, a representatividade e a valorização da identidade negra, a literatura afro-brasileira é um excelente recurso que pode ser utilizado nas aulas. As histórias com personagens negros, com princesas e príncipes negros, podem valorizar a imagem e a subjetividade das crianças e adolescentes negros. Assim, os estudantes negros se sentem representados nas histórias e nas falas dos professores (MIRANDA; SANTOS, 2022).

Numa perspectiva de educação antirracista, faz-se necessário desenvolver a alteridade, que pode ser propiciada por meio do acesso à produção literária de autores/as negros/as e quando se possibilitam escritas e narrativas sobre si mesmo e sobre os outros (OLIVEIRA; LIMA; SANTOS, 2021). Conforme Silva (2010), “na análise cultural contemporânea, a questão do racismo não pode ser analisada sem o conceito de representação” (p. 103). Neste sentido, os estudantes necessitam sentir-se representados pelos professores e pelas pessoas que assumem cargos de destaque na sociedade.

A escola que possui uma equipe de trabalho formada por pessoas de diferentes etnias concretiza a ideia de que existe oportunidade para todos. Nesse viés, Silva (2010) afirma que “a representação é sempre inscrição, é sempre uma construção linguística e discursiva dependente de relações de poder” (p. 103). Assim, uma equipe de professores, formada por uma diversidade racial, que mantém boas



relações e respeita a diversidade, favorece a ampliação de horizontes e experiências dos estudantes.

A literatura infantojuvenil tem um papel fundamental na representação das identidades negras, e pode contribuir na construção das identidades dos estudantes e no estabelecimento de relações étnico-raciais positivas (CAETANO; GOMES; CASTRO, 2022). É preciso, contudo, promover a autoria negra e a caracterização dos personagens negros em obras literárias e, nesse sentido, a literatura infantojuvenil de temática negra é de extrema relevância para promover o respeito às diferenças, à valorização da história da população negra e na constituição da identidade racial.

Por meio da literatura afro-brasileira é possível apresentar os personagens nos mais variados contextos, ampliar a percepção de mundo e promover mudanças nos discursos, nas atitudes e na forma de se tratar as pessoas negras (CAETANO; GOMES; CASTRO, 2022). A literatura afro-brasileira, por meio da escrita e das imagens, permite realçar positivamente os traços físicos dos personagens, mediante ilustrações, e dessa forma valorizar os conhecimentos, a história, a cultura e os saberes do povo afrodescendente.

Para promover práticas pedagógicas antirracistas, torna-se necessário compreender o racismo como um problema estrutural, que se constituiu ao longo do tempo e que na sociedade coloca um grupo social ou étnico num patamar de sobreposição, prejudicando outros grupos pela discriminação e causando históricas disparidades sociais. Nas práticas pedagógicas, portanto, deve-se falar sobre o racismo, para que sua existência seja reconhecida.

## 5 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As instituições escolares necessitam conceber uma educação antirracista, visto que “[...] não problematizar o racismo na escola é reproduzir a sociedade discriminatória” (FRANCISCO JUNIOR, 2008, p. 404). Para que as práticas pedagógicas se voltem à perspectiva antirracista, deve se desenvolver o processo educativo numa abordagem que educa não apenas para coibir a disseminação de falas racistas e preconceituosas relacionadas, mas promover ações efetivas que levem os estudantes a valorizar a identidade e a cultura de diferentes povos.

À vista disso,

É fato que a luta pela diminuição da desigualdade ainda é atual, muitas medidas ainda devem ser tomadas para que haja a extinção da discriminação étnico-racial, inclusive na própria escola. Para tanto, é importante conhecer os fatos que contribuíram para a existência da realidade atual da sociedade brasileira (RODRIGUES; BARBALHO, 2016, p. 213).

Muitas instituições escolares reproduzem uma visão racista sem dar-se conta disso, por meio do seu currículo, nas práticas, e ao omitir-se nesta questão. Nesse sentido, é importante que se promovam diálogos para debater sobre o tema, fazer leituras compartilhadas e, juntos, proporcionar o aprendizado sobre como em muitas ocasiões, mesmo sem intenção, as escolas acabam colaborando com a exclusão social e a discriminação.

O racismo está presente em expressões populares, em jargões e nas falas de muitas pessoas, que, mesmo sem perceberem, demonstram atitudes racistas. Assim, a luta pelo antirracismo se constitui como um grande desafio nas escolas e na sociedade, e é algo que precisa ser enfrentado. Francisco Junior (2008, p. 405), amparado nas ideias de Cavalheiro (2001), apresenta uma lista de ações que devem perpassar a educação antirracista e que visam a superação da discriminação no ambiente escolar, conforme exposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Ações que devem perpassar a educação antirracista

Reconhecer a existência do problema racial na sociedade brasileira;
Buscar permanentemente a reflexão sobre o racismo na escola e na sociedade;
Não conceber qualquer manifestação de preconceito ou discriminação e cuidar para que as relações interpessoais sejam respeitadas;
Considerar a diversidade presente no ambiente escolar e utilizá-la como forma integradora, encorajando a participação de todos;
Fazer uma leitura crítica da História Brasileira, mediante a qual seja possível mostrar a contribuição de diferentes grupos na construção de nosso país;
Buscar materiais que contemplem a diversidade cultural e étnico-racial, bem como aspectos da África que auxiliem a construção de um currículo menos etnocêntrico;
Pensar meios e formas em que a educação contribua para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e étnico-racial brasileira;
Elaborar ações que propiciem o fortalecimento da identidade e autoestima de educandos pertencentes a grupos discriminados.

Fonte: Produzido pelas autoras (2022), adaptado de Francisco Junior (2008).

Uma educação antirracista necessita criar condições para que os estudantes, em suas relações com os outros e com o professor, possam assumir-se e orgulhar-se de sua história. Ao assumir-se, promove-se o “reconhecimento e valorização de culturas diferentes, da necessidade de se superarem atos discriminatórios, do reconhecer-se na condição opressora de discriminador ou oprimida de discriminado, assim como a assunção da vontade de libertar-se” (FRANCISCO JUNIOR, 2008, p. 410).

O desafio imposto pela Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008, é o de educar a partir da reflexão acerca de uma temática que valoriza a formação da cultura e da população brasileira. Usar os espaços educacionais como ambiente de reflexão ainda é um trabalho árduo, visto que toda a comunidade escolar, especialmente os professores, devem estar engajados e, inclusive, querendo modificar concepções sobre temas relacionados ao racismo, ao preconceito e à cultura, entre outros (RODRIGUES; BARBALHO, 2016, p. 211).

Uma educação antirracista reconhece que vivemos em uma sociedade racista, na qual as relações entre as pessoas são pautadas a partir do lugar social e racial que elas ocupam. Uma educação antirracista se preocupa em preparar estudantes que possam se posicionar e atuar contra esse sistema que gera desigualdade e discriminação. Assim, cabe aos educadores a promoção de diálogos e debates acerca das questões raciais, na busca por propostas educativas que combatam toda prática de racismo e provoquem o sentimento de reconhecimento das subjetividades negras.

A educação antirracista, além disso, necessita criar condições para que os estudantes, em suas relações com os outros e com professor, possam assumir-se e orgulhar-se de sua história. Para isso, deve-se considerar o local e a realidade dos sujeitos envolvidos nos processos curriculares. A escola, como lugar de constituição de identidades é, portanto, o lugar onde os estudantes e professores, mais do que se formam, se constituem como sujeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação antirracista se preocupa em preparar estudantes para que estes possam se posicionar e atuar contra esse sistema que gera desigualdade e discriminação. Assim, cabe aos educadores a promoção de diálogos e debates acerca das questões raciais e o desenvolvimento de propostas educativas que combatam toda e qualquer prática de racismo e promovam o sentimento de reconhecimento das identidades negras.

O currículo escolar, dessa maneira, necessita incorporar a história e as culturas afro-brasileira e indígena, com o intuito de reparar os danos, que se repetem ao longo da história, às identidades e aos direitos das pessoas negras e indígenas. As mudanças no currículo escolar envolvem a superação de desafios, resistências e disputas de espaço e poder. O currículo, por representar uma configuração política de poder, que produz rupturas de paradigmas, para que se torne um currículo real, precisa ressignificar o papel do estudante e do professor, a fim de promover a recontextualização curricular, para que o respeito e a valorização da diversidade cultural sejam alcançados.

Os espaços da escola também educam, e por este motivo, deve-se atentar às imagens, os brinquedos e os objetos presentes na escola. Se todas as ilustrações e bonecos forem de pessoas de uma etnia somente, passa-se a impressão de que existe um padrão mais correto ou bonito. Por conseguinte, é imprescindível que os estudantes tenham acesso à diversidade na literatura, nas brincadeiras e nas suas referências de maneira geral. Os professores, em suas práticas pedagógicas, devem trabalhar com a valorização das identidades e da cultura e promover discussões em favor da luta pela igualdade social.

Ressalta-se a importância da literatura afro-brasileira para a construção das identidades dos estudantes negros. Neste sentido, não se deve desconsiderar sua importância para os não negros, para que estes conheçam a verdadeira história e reconheçam que nosso país foi formado a partir da exploração do trabalho dos africanos e de seus descendentes.

A escola necessita contribuir na emancipação dos sujeitos, na valorização das suas identidades e romper com as relações de dominação étnico-racial e de gênero e, em vista disso, o currículo escolar precisa possibilitar a construção de subjetividades democráticas. Enquanto houver racismo ou qualquer outra forma de opressão, haverá luta para que os currículos escolares sejam espaços de construção de vida digna, justa e solidária para todos.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José Vicente de Souza; OLIVEIRA, Kelly Almeida de; NASCIMENTO, Izaura Rodrigues do. O pensamento étnico-racial: o saber científico, as normas legais e a educação. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-22, 25 fev. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19318>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- ALMEIDA, Nara Cristina Fernandes; LEON, Adriana Duarte. As cotas raciais como um mecanismo de visibilidade e valorização social da população negra. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-13, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19365>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- ARAUJO, Débora Cristina de; ARAUJO, Eduardo da Silva. O Alfabetismo da Diáspora e a Educação das Relações Étnico-Raciais: aproximações teórico-metodológicas. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-17, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19345>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- BACKES, José. Licínio. Sujeitos não hegemônicos na Pós-Graduação no Brasil e em Portugal: indígenas, angolanos, moçambicanos e timorenses. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-18, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19359>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- BONIN, Lara Tatiana. “Demarcar as universidades”: povos indígenas e ações afirmativas na Pós-Graduação brasileira. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-26, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19422>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- BOTELHO, Gabriela Rodrigues. Reflexões decoloniais sobre as relações étnico-raciais nas provas de espanhol do Enem (2010-2020). **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-20, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19389>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.
- BRASIL. **Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, [2004]. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/reso12004.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 28 mar. 2022.

CAETANO, Janaína Oliveira; GOMES, Suzete Araujo Oliveira; CASTRO, Helena Carla. Da marginalização à centralidade: a importância da representatividade negra na literatura infantojuvenil. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-22, 11 fev. 2022. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18418>. Acesso em: 28 mar. 2022.

CARVALHO, Odair França; SILVA, Genilda Maria da. O currículo para a formação de professores: tensões, disputas e perspectivas. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 1–20, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n3.60874. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/60874>. Acesso em: 28 mar. 2022.

DANTAS JUNIOR, Jorge. Para um ensino de Física afrocentrado no currículo do Ensino Médio Integrado de um Instituto Federal. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-16, 4 fev. 2022. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19347>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FERREIRA, Adicéa de Souza. Educação em saúde da população negra na Estratégia Saúde da Família. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-10, 22 fev. 2022. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19336>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FERREIRA, Thais de Jesus; SILVA, Maria Cecília de Paula. Poética do movimento e interculturalidade quilombola: corpo e danças decoloniais na perspectiva freireana. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-18, 31 jan. 2022. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18536>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Educação antirracista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/PyFJT66TFDL7jSNfpWCgMGw/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2022.

LIMA, Kelly Cristina Soares; PLASTER, Josiane Arnholz; SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda M. A atualidade de Paulo Freire no “grito” sufocado dos oprimidos. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-20, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19386>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MACHADO, Adilbênia Freire; OLIVEIRA, Lorena Silva. Memórias ancestrais e filosofias africanas forjando caminhos para uma educação afrorreferenciada. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-15, 10 jan. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19478>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MELLO, Marina Pereira de Almeida; RIBEIRO, Samuel Dias. Representatividade, visibilidade e vocalidade: apontamentos sobre branquitude e produção acadêmica em eventos científicos, em tempos de educação remota. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-19, 18 fev. 2022. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19450>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana; SANTOS, Luís Carlos Ferreira dos. Filosofia da educação a partir de outras paisagens: infâncias afro-brasileiras e pedagogia decolonial. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-12, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19434>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MONTEIRO, Pamela Tavares; ANJOS, José Luiz dos. Por uma Educação Física antirracista: o protagonismo da Ceafro de Vitória e de Cariacica no Espírito Santo. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-16, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18323>. Acesso em: 28 mar. 2022.

NASCIMENTO, Bianca Barreto do; SANTOS, Mariana Fernandes dos. O processo de orientação como estratégia de superação do racismo institucional: relatos de um encontro ancestral em um contexto de Pós-Graduação de um Instituto Federal. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-20, 20 jan. 2022. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19574>. Acesso em: 28 mar. 2022.

NASCIMENTO, Tainah Mota do; SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Eu era tudo aquilo que não desejavam para uma professora”: docência negra e lésbica na Educação Básica. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-13, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19334>. Acesso em: 28 mar. 2022.

OLIVEIRA, Iris Verena; LIMA, Jeane Matos Araújo; SANTOS, Geniclécia Lima dos. “Escrevivências” e afectos literários entre universidade e escola. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-19, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18362>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PONCE, Branca Jurema; FERRARI, Alice Rosa de Sena. Educação para a superação do racismo no contexto de uma escola pública. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-20, 4 dez. 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19390>. Acesso em: 28 mar. 2022.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-18, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19374>. Acesso em: 28 mar. 2022.

RODRIGUES, Cíntia Régia; FABRÍCIO, Edison Lucas. Disponível em: Acesso em 1 mar. 2022. “Eu não sei se posso dizer que não sou racista”: narrativas discentes sobre história da cultura afro-brasileira e indígena na Educação Superior. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-20, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19330>. Acesso em: 28 mar. 2022.

RODRIGUES, Renata Cordeiro; BARBALHO, Alexandre Almeida. A obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino: um estudo sobre a implementação da Lei Nº 11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 6, n. 17, p. 199-219, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/614>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus et al. Questões étnico-raciais no ambiente escolar: reflexões a partir de teses e dissertações sobre práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Básica. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-16, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18338>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SILVA, Florisbete de Jesus; CAMPOS, Leonardo Lacerda. A significação do negro em materiais didáticos: uma análise semântica de atividades relacionadas ao Dia Nacional da Consciência Negra. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-19, 28 dez. 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19492>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SILVA, Giovanna Santos da; MARTINS, Edna. Práticas educativas de professores e famílias nos processos de construção de identidade das crianças negras. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-20, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19451>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVEIRA, Keylla Amélia Dares; ALVIANO JÚNIOR, Wilson. Educação para as Relações Étnico-Raciais nas pesquisas em Educação Física e formação inicial: um estado do conhecimento. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-21, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19419>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SOUSA, Ana Laura Bonini Rodrigues de; CASTRO, Rosane Michelli de; SANTIAGO, Flávio. O legado da branquitude: reflexões a partir de relatos orais de professoras brancas. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-17, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18825>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SOUSA, Fausto Ricardo Silva et al. Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-16, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19366>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SOUSA, Kasandra Conceição Castro de; AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. Mito, ideologia e utopia na Política Educacional Escolar Indigenista Brasileira. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-15, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18352>. Acesso em: 28 mar. 2022.

TEDESCO, Anderson Luiz; BATTESTIN, Cláudia. Uma possibilidade decolonial para pensar a constituição do ethos caboclo no Oeste de Santa Catarina. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-17, 10 jan. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19415>. Acesso em: 28 mar. 2022.

VICENZI, Renilda; PICOLI, Bruno Antonio. A. Escola, ressignificação, descolonização: narrativas de estudantes Kaingang na fronteira Sul do Brasil. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-23, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19356>. Acesso em: 28 mar. 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).